



MOÇÃO TEMÁTICA

(A)

CONTRA-CICLO

1ª SUBSCRITORA: EUNICE PINHEIRO

Os números são alarmantes, a imprecisão dos mesmos também. Mas, independentemente da fonte, a conclusão é a mesma. A Região Autónoma dos Açores (adiante designada RAA) é líder nos processamentos de Rendimento Social de Inserção (adiante designado RSI), face à população residente. Em número de beneficiários, em número de agregados familiares abrangidos pela medida e a primeira em número de requerimentos.

Em 2013 (Sistema Informático, Segurança Social) contavam-se 24 049 beneficiários com processamento de RSI na região, distribuídos por 7 589 agregados familiares, um peso desproporcional para uma região desta dimensão.

O alarme soa mais alto quando quase metade da população beneficiária tem idade igual ou inferior a 18 anos. São as crianças, adolescentes e jovens do agora, nas amarras de uma cultura de pobreza que tende a impedir a construção de uma base sólida de sustentação de projetos de rutura e de condições de existência, para uma vida adulta autónoma.

A evolução ascendente dos números torna premente questionar o impacto desta medida no processo de desenvolvimento destas crianças e adolescentes quando analisados sob a perspetiva da reprodução geracional de ciclos de pobreza e da sua consolidação estrutural. Porque, não obstante à sua componente integradora e promotora do desenvolvimento pessoal, social e económico, são gritantes as conotações negativas associadas à medida.

A inferioridade social, o olhar invalidante do outro, a conceção redutora, andam de mãos dadas com o ser e crescer beneficiário. Neste rascunho do presente, como pode ser desenhado o futuro, com expectativas e trajetórias, num combate aos efeitos de perpetuação dos ciclos de pobreza?

O meio escolar surge como resposta milagrosa. Ou não. O RSI tornou-se uma das mais efetivas medidas de combate ao abandono escolar, visto as ações que compõem o programa de inserção serem dirigidas a todo o agregado familiar e não apenas ao titular da prestação. Então, como podem, ainda, ser admitidos resultados que colocam a RAA no topo do abandono e absentismo escolar?

Apesar da reconhecida importância que é atribuída ao ensino escolar, na verdade, a sua incapacidade em combater esta tendência de abandono e insucesso face a alunos provenientes de meios desfavorecidos tem defraudado as expectativas como porta de acesso à mobilidade social ascendente.

Urge intervir precocemente, possibilitando as condições adequadas para o desenvolvimento da infância, o que, sem dúvida, é mais eficaz e económico do que esperar pela resolução dos problemas em indivíduos de idades adultas, desestruturados e desintegrados. Atendendo a uma abordagem multidimensional do bem-estar das crianças e no respeito pelos seus direitos são reconhecidas as dimensões da educação, habitação, saúde, agregado familiar e inserção social em que, em situações diagnosticadas de risco, confere à intervenção precoce o seu carácter determinante na prevenção.

A batata quente ferve nas mãos dos decisores políticos, que se digladiam entre a remediação e o imediatismo, quando o golpe de mágica está na prevenção.

Enquanto isso, estamos perante jovens beneficiários de RSI com baixas habilitações literárias, em que os percursos escolares são de abandono e insucesso, que não conhecem a natureza legal da medida e não reconhecem a sua característica integradora e facilitadora da inserção social. O RSI é, portanto, apenas a resposta a necessidades básicas, ainda reduzida a necessidades meramente económicas.

Neste cenário, onde tem lugar a ativação e a responsabilização, na luta contra o estigma de ócio, dependência e incapacidade, associado aos beneficiários de RSI?

Ambicionar um futuro sem RSI, através de estratégias concretas que valorizem o emprego e a educação, é um princípio. O começo da caminhada, rumo a um novo paradigma, onde a responsabilização, o empowerment, o reconhecimento do esforço individual, a motivação coletiva, a valorização do trabalho, a inovação social, a flexibilidade, a integração, a interatividade, a gestão por valor, o investimento pessoal, a equidade, o estímulo positivo, a competitividade, justiça social, entre muitos outros conceitos, possam conviver como premissas de uma sociedade que se quer equilibrada.

É preciso começar já, intervir e prevenir, combater, de uma vez por todas, o ciclo vicioso, aberto numa espiral que suga o futuro dos jovens e o bom funcionamento da sociedade.

A Social Democracia tem responsabilidade nesta caminhada. A Juventude Social Democrata, também. Como organismo que move massas, tem a bússola e a direção, em contra ciclo.

ANÁLISE SWOT

